

OS “ESQUECIDOS” DO CACAU: TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE CAMACAN - BAHIA

Luiz Claudio Zumaeta Costa¹

1. A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO: REPERCUSSÕES REGIONAIS

Disponho-me encaminhar, ainda que brevemente, um recorte histórico-econômico da lavoura cacauzeira no Sul da Bahia, e, mais especificamente, no Município de Camacan, com o propósito trazer à tona as representações culturais e trabalhistas a respeito dos “*esquecidos*” do cacau, aqui considerados os trabalhadores rurais de Camacan. Nesta perspectiva, da busca da “identidade” daqueles trabalhadores, Maria Luiz Nora de Andrade em “*Assim falaram os trabalhadores rurais*” (2006, p. 243) destacou:

Aplica-se ao cacau o epíteto de “o fruto da sombra”, no sentido de que é uma árvore que exige sombreamento e que, até por isso, ajudou a preservar parte da Mata Atlântica; mas pode-se deslocar o sentido e considerá-lo fruto da sombra porque foi nessa condição que ficaram os trabalhadores — sem luz que os focasse, sem foco que os mostrasse, sem oportunidade de se apresentarem como sujeitos da história, pela condição de pouca visibilidade, de um certo obscurecimento a que foram submetidos.

Deste modo, consideramos haver ainda um vasto campo de pesquisas para o entendimento da região cacauzeira, em seus múltiplos aspectos, fora do eixo Ilhéus-Itabuna.

Portanto, para melhor compreendermos, o processo de crescimento da lavoura cacauzeira, no Sul da Bahia e, conseqüentemente, do município de Camacan, é preciso, preliminarmente, dentro das naturais limitações deste espaço, voltar nossas atenções à colonização. Para tanto as análises de alguns “explicadores” do Brasil, são fundamentais.

Para Caio Prado Jr. (1971, p. 31), por exemplo, em sua *Formação do Brasil Contemporâneo - colônia* o caráter português de exploração mercantil não levava ao desenvolvimento da unidade colonial, uma vez que aquela se destinava, exclusivamente, ao fornecimento de produtos comercializáveis para a Europa. A metrópole não se preocupava em constituir na colônia uma sociedade organizada, para fins de seu desenvolvimento: “É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará

¹ Graduado em História (UESC) e pós-graduando em História do Brasil (UESC)

os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos". Para Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995, p. 27), a colonização portuguesa era fundada na aventura e na vontade de ganho fácil, para em seguida retornar a Portugal: "O gosto pela aventura foi o que possibilitou a colonização no Novo Mundo. Nenhum outro povo como o português foi capaz de se adaptar tão bem na América". Holanda abordou também aspectos relevantes da nossa formação cultural e a esse respeito, declarou: "trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente desfavorável e hostil somos uns desterrados em nossa terra". Celso Furtado, por sua vez, em sua obra *Formação Econômica do Brasil* (2001, p. 5), demonstrou a imposição destrutiva da metrópole portuguesa, destacando o fato de que "a formação do Brasil não teve como ponto de partida a confrontação dos invasores portugueses com as populações autóctones. Estas foram massacradas para abrir espaço às atividades empresariais ligadas a expansão de atividades econômicas européias". Raimundo Faoro (1979, p. 67), em *Os Donos do Poder*, enfatizou o patrimonialismo brasileiro citando Max Weber: "Trata-se do domínio de uma casta de altos funcionários aliada ao patronato político cujos interesses comuns formam uma associação parasitária". Podemos nos valer também das análises do economista Thorstein Veblen (1987, p.8), em "*Teoria da Classe Ociosa*", para percebermos a "força" impositiva da classe dominante que se gabava de possuir certa reputação social e cultural, uma vez que, preliminarmente, estabeleceram-se as funções e as distinções sociais. Ou melhor, segundo o próprio Veblen: "estabelecida a discriminação, as 'funções dignas' são aquelas em que intervém um elemento de proeza ou façanha, as 'funções indignas' são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento de proeza existe".

No âmbito da Região Cacaueira, as chamadas "*funções dignas*", que se configuravam pela "*proeza ou façanha*", foram aquelas empreendidas pelos "desbravadores/pioneiros", enquanto as "*funções indignas*", ou seja, aquelas "*diárias e rotineiras em que nenhum elemento de proeza existe*" foram desempenhadas pelos trabalhadores rurais. É o começo de uma das possibilidades para entendermos as razões daquele "*esquecimento*" dos trabalhadores rurais dentro da história da Região Cacaueira.

Entretanto, para compreendermos melhor a história dos "*esquecidos*" do cacau, precisamos, ainda, acompanharmos o processo de desenvolvimento histórico-econômico da lavoura.

2. CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA CACAUCULTURA: ASPECTOS GERAIS

Angelina Garcez em *Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Ilhéus-Itabuna* (1977, p. 53) destacou que: “em 1778, foram exportadas apenas 60 arrobas² de cacau; em 1779, a produção caiu para 24 arrobas e em 1808, alcançou 197 arrobas”. Antônio Guerreiro de Freitas, em “*Os donos dos frutos de ouro*” (1979, p. 32), enfatizou que “em 1835 a produção para exportação era de 47 toneladas, elevando-se para 304 toneladas 25 anos depois”. Adonias Filho em “*Sul da Bahia: chão de cacau...*” (1976, p. 47) acrescentou que “em 1870, a quantidade exportada [de cacau] chegou a 3.502 toneladas”. Mary Ann Mahonny, por sua vez, em “*Instrumentos Necessários*” *escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX – 1822/1889* (2001, p.25), salientou que “em 1888, haviam sido plantados cacaueteiros em quantidade suficiente para permitir que o sul da Bahia exportasse 13.000 toneladas de cacau em 1900”. Mesmo a crise da Bolsa de Nova York em 1929, não conteve a trajetória de crescimento da lavoura cacaueteira. José Haroldo Castro Vieira em “*Ceplac: uma experiência nova na agricultura brasileira*” (1975, p. 67) afirmou que, “do ano de 1900 ao ano de 1929, a produção cacaueteira quintuplicou: saiu de 193.000 para 1.112.520 sacos produzidos”. Amílcar Baiardi em “*A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia* (1984, p. 52), constatou que “a exportação de amêndoas de cacau representava, em 1930, 42% do valor total das exportações baianas”. E Milton Santos, em “*Zona do Cacau*” (1957, p. 34) acrescentou: “o cacau da Bahia chegou a corresponder com cerca de 95% da produção do país. E concluiu: “Cidades como Ilhéus e Itabuna destacaram-se na Região, responsáveis, cada uma, por mais de 400 mil sacos de 60 kg”. Santos, revelou ainda a exuberante produção dos anos de 1943 e 1954, “quando as exportações [de Ilhéus e Itabuna] atingiram 2.893.468 e 2.637.459 sacos de 60 kg, respectivamente”. No “*Boletim Informativo*” da CEPLAC (1979, p. 3) encontramos: “no período 1975/1980 o cacau gerou 03 bilhões 618 milhões de dólares”. Por seu turno, Fernando Rios do Nascimento (1994, p. 57), em “*A crise da lavoura cacaueteira: sua natureza e soluções*” sublinhou: “as exportações de cacau em amêndoas e derivados [produziram] receita anual de aproximadamente US\$ 300 milhões, havendo alcançado, em 1979, a cifra de US\$ 1 bilhão. E, pouco mais adiante, referindo-se ainda ao extraordinário acréscimo das receitas do cacau, Nascimento chamou atenção para o fato de que “(...) O cacau já representou cerca de 35% das exportações nordestinas”.

² Uma arroba corresponde a 15 Kg. Um saco de cacau corresponde a 60 Kg, equivalente, portanto, a 04 arrobas.

Entretanto, a despeito daquele crescimento, na Região e em Camacan, o abismo sócio-econômico, posto entre os grandes proprietários/fazendeiros de um lado e os trabalhadores rurais do outro, era muito acentuado. Apesar disso, em grande medida, prevaleceu o *sensu comum* de que na Região Sul do Estado da Bahia, as terras do cacau, proporcionavam riquezas e oportunidades iguais para todos. Parte desta representação da lavoura cacauzeira se consolidou por intermédio de algumas das obras de Jorge Amado, por exemplo. É o que se evidencia quando lemos este fragmento de texto extraído da obra “*Terras dos Sem fim*” daquele autor (AMADO, 1999, p.13):

Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil também conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacauzeiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro. A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda de ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas, plantar cacau, milho e mandioca, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar. Então era a riqueza, dinheiro que um homem não podia gastar, casa na cidade, charutos, botinas rangideiras.

3. “ESQUECIDOS” DO CACAU: TRABALHADORES RURAIS EM CAMACAN- BA.

No decorrer dos séculos dezenove e vinte, a sociedade grapiúna teve os municípios de Ilhéus e Canavieiras como destaques, por terem cultivado, sistemática e comercialmente, o cacau. Daquele modo, Ilhéus e Canavieiras foram moldando no seu entorno um espaço social que, ao longo do tempo e dos choques de interesses e disputas diversas, constituíram uma cultura própria. Segundo Charles Nascimento de Sá (2000, p. 5),

Itabuna, distrito pertencente a Ilhéus, e Camacan, povoado pertencente a Canavieiras, foram exemplos de duas cidades que surgiram durante a expansão do cacau para novas áreas e que, posteriormente, adquiriram um perfil urbano, político e econômico que lhes possibilitaram superar suas antigas sedes. A cidade de Camacan surgiu durante o período de expansão da lavoura cacauzeira no sul da Bahia.

E foi assim que, posteriormente, Camacan (emancipada de Canavieiras em 1961), começou a trilhar um caminho de crescimento significativo. Em 1973, por exemplo, segundo a CEPLAC e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 45,6% do cacau produzido no Estado da Bahia provinha de dez municípios, a saber: “*Ilhéus, Camacan* [grifo nosso], *Una, Itabuna, Uruçuca, Canavieiras, Itajuípe, Coaraci, Ipiauí e Ibirapitanga – nesta ordem*”. No chamado “*quinquênio de ouro do cacau*” (1975-1979), segundo José Fialho Costa (1998, p. 37) *a Bahia, em 1976, produziu 94,5% do cacau brasileiro; seguido do Espírito Santo com 2,4%; Pará com 1,7%; Amazonas com 0,1%*. Posteriormente, o jornal O Estado da Bahia, (caderno Municípios, 1977) informou que Camacan, havia produzido um milhão e duzentas mil

arrobas de cacau (superando Ilhéus em quinze mil arrobas), tornando-se assim, o primeiro produtor de cacau do Brasil. Naquele mesmo período, do “*quinqüênio de ouro*”, as projeções dos técnicos do escritório da CEPLAC em Camacan estimavam a produção para um milhão e trezentas e cinquenta mil arrobas, de acordo com o Boletim da CEPLAC “*Isto É Camacan*” (1979, p. 4). Assim, diante daquele vertiginoso crescimento da lavoura cacauzeira, tanto a nível regional, quanto a nível municipal, mudanças sócio-econômicas se processaram, especialmente na década de '70 do século XX. Em Camacan, aquelas mudanças foram destaques no Boletim da CEPLAC “*ISTO É – Camacã*” (1979, p. 10-11):

A cidade se expande entre baixadas e morros. [...] Segundo dados de trabalhos feitos sobre a região, Camacã (sic) possui 4.638 casas residenciais e cerca de 500 casas comerciais. No momento já existem nos distritos e sede cerca de 15 km de rede de esgotos. A energia elétrica chega a 2.452 casas no município, das quais 118 estão no meio rural. Trabalham no município, 6 advogados, 12 engenheiros, 8 médicos e 5 dentistas

Apostava-se demasiadamente na *auto-suficiência* dos cacauais, ou melhor: o crescimento verticalizado (individualista) era tudo quanto importava. Os imperativos econômicos se sobrepunham absolutos. O cacau, naquelas condições, dava pra tudo. Era o que se ouvia cotidianamente em Camacan. O individualismo, porém, resultou em grandes impactos sociais. Os exemplos que se seguem são clássicos para enfatizarmos tal fato. O senhor Deroaldo Boida, produtor camacanense, (entrevista concedida em junho de 2005), referindo-se às implicações políticas na formação daquele individualismo, declarou:

[...] Esse negócio-cacau era um negócio tão bom, que nos deixou individualistas demais. Então era assim, eu tinha uma propriedade grande, eu tinha toda condição de resolver os meus próprios problemas e eu não conhecia o meu vizinho que 'tava' aqui há 20 anos. Então a gente nunca conversou, nunca trocou uma palavra. [...] assim o cacauicultor também dizia: “olha eu vou me preocupar com minha questão econômica, porque a questão política é dos políticos”.

Já o senhor José Roberto Benjamin, também produtor camacanense, (entrevista concedida em abril de 2005), foi ainda mais incisivo: “[...] em Camacan a gente via sempre muito isso, o poder do grande, ‘né’? O poder do grande afrontando o pequeno. Corrompendo, ‘tá’ entendendo isso? É uma coisa que faz parte, não do folclore, [mas] da história da região. É isso: houve um tempo em que o cacau pagava os prejuízos e produtor ficava com os lucros”.

Assim, cercada por individualismos – buscar uma riqueza para si, sem preocupação de classe ou região – Camacan e suas contradições se estabeleceram: de um lado a terra farta, a riqueza e a independência econômica (para poucos); de outro a escassez, a pobreza e a extrema dependência financeira (para a maioria). Estabeleceu-se, deste modo, no espaço do sul baiano, da Região Cacaueira e conseqüentemente no município de Camacan, uma fronteira de tensões e

contradições permanentes: coronéis, latifundiários, *burareiros*³, diaristas, comerciantes, migrantes, aventureiros, trabalhadores rurais/urbanos, todos misturados naquela confluência territorial que emergia dos cacauais. Ou ainda: o modelo agro-exportador concentrou a terra e a riqueza, além de, em boa medida, no longo prazo, ter desequilibrado a biodiversidade da Mata Atlântica (as plantações de cacau, que antes aconteciam debaixo da Mata (*cacau-cabruca*), em virtude de sua expansão, passaram a ocupar áreas cada vez maiores, derrubando as árvores nativas).

O crescimento camacanense, por seu turno, não foi capaz de garantir o desenvolvimento da Cidade e a grande maioria daqueles trabalhadores foram “*esquecidos*” da história da lavoura cacauaieira. Genericamente, encontramos algumas características comuns entre os “*esquecidos*” do cacau: a maioria deles trabalhou para os grandes fazendeiros, desejou um dia ter suas próprias terras (sem conseguir) e viveram em péssimas condições sócio-econômicas. Num prisma mais específico alguns dos “*esquecidos*” do cacau contam-nos outras histórias significativas, a saber:

Senhor José Guimarães (*seo* Guima), setenta e três anos, semi-alfabetizado, migrante que chegou a Camacan fugido da seca em Itabaianinha (SE), movido pela ideia de prosperar na “*terra de todo mundo rico*”. Trabalhou na implantação das grandes roças de cacau em Camacan, chegando mesmo a passar semanas nos “*ermos da mata*” sem sequer vir à sede da fazenda, menos ainda na cidade. Atualmente possui uma pequena barbearia, no centro da cidade, de onde tira o seu sustento; José Camilo de Oliveira (*seo* Zé Camilo), noventa e um anos (lúcidos), analfabeto. Trabalhou para quase todos os grandes fazendeiros da cidade; diz ter trabalhado na construção da barragem de Camacan (construída com recursos próprios do Município, para gerar eletricidade para o centro urbano). O barraco onde mora, no “*Buraco Fundo*”, no morro de Camacan, durante muitos e muitos anos nunca teve eletricidade. Não se cansa de repetir que “ninguém sabe o que é a vida... só sei que é trabalho duro”. Hoje vive da aposentadoria. Valdivino Ferreira dos Santos, sessenta e seis anos; nunca morou na cidade, criou os seis filhos na roça (os mais velhos analfabetos, como ele). Também nunca desfrutou da energia elétrica. Atualmente é “*meeiro*”⁴. Segundo ele próprio tudo que possui é “a noite e o dia”. Antônio Nery (*seo* Nery), sessenta anos, semi-alfabetizado, trabalhou para os grandes proprietários. Conta que algumas vezes precisou sair da roça onde trabalhava, à noite, para levar um dos filhos ao hospital da cidade, distante uns oito quilômetros, e que aconteceu mais de uma vez, durante a caminhada,

³ Burareiro é o mini-proprietário. Originalmente o termo era usado para designar o dono de uma burara. Burara é uma pequena roça no meio do mato.

⁴ Aquele que planta, ou cuida, em terreno alheio, repartindo o resultado do cultivo com o dono das terras.

de o patrão passar por ele “dirigindo um carro-caçamba” não reconhecê-lo (ele era o gerente da propriedade) seguindo viagem e “deixando pra trás só a poeira na cara da gente”. Hoje em dia tem um pequeno comércio (“uma venda”) no município vizinho; José Francisco dos Santos (seo Zé Francisco), setenta e cinco anos, analfabeto, trabalhou para os grandes fazendeiros, chegou a botar uma barraca na feira “pra ajudar na criação dos meninos”, mas, “nunca dava pra nada. Era sempre da mão pra boca”. Trabalhou como ajudante de pedreiro, carpinteiro, arrieiro. Assentou pedras nas primeiras ruas calçadas de Camacan, mas, nada disso melhorou a vida que, segundo ele, foi “sempre braba”. Hoje vive dos favores alheios. Cosme dos Santos (seo Cosme), setenta e três anos, semi-alfabetizado, trabalhou para os grandes fazendeiros e diz ter feito “de tudo um pouco pra alimentar as crianças”. Ultimamente vive de fazer frete, transportando o gado abatido no matadouro municipal (ou fora dele) para os açougues da Cidade. Cosme Oliveira Santos (seo Cosmão), setenta e cinco anos, analfabeto, trabalhou para os grandes fazendeiros, vendeu roupas “numa barca na feira”, foi também pedreiro, vaqueiro, motorista e “cortador de cabelo”. Hoje vive dos favores alheios: “enquanto não sai minha aposentadoria”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Benício Boida de, ANDRADE, Deroaldo Boida de. A Crise da Cacaucultura no Município de Camacan. Camacan, 04 jun. 2005. Entrevista a Luiz Cláudio Zumaeta Costa e Renato Zumaeta Costa dos Santos.

ANDRADE, Maria Luiza Nora de. Assim Falaram os Trabalhadores Rurais. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto (org). Identidade Cultural e Expressões Regionais – estudos sobre Literatura, Cultura e Turismo. Ilhéus: Editus, 2006.

AMADO, J. Terras do sem fim. 64º e. Rio de Janeiro: Record, 1999.

BAIARDI, Amílcar. A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia. São Paulo, Rucitec, 1984.

BENJAMIN, José Roberto Amorim. A Crise da Cacaucultura no Município de Camacan. Camacan, 16 de abr. 2005. Entrevista a Luiz Cláudio Zumaeta Costa e Renato Zumaeta Costa dos Santos.

CEPLAC. Cidades do cacau. Ilhéus/Itabuna, Divisão de Comunicação, /s.d./

_____. O futuro das regiões cacaueiras do Brasil : contribuição ao debate/Colab; Armindo Castro Neto, Emo Ruy de Miranda, Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado, Geraldo Borges Santos, José Alexandre de Souza Menzes, Luiz Ferreira da Silva, Manoel Malheiros Tourinho. – Brasília: CEPLAC, 1987. 142p.

[SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA]

_____. CACAU : ANO 25. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Escritório, Brasil. Série Desenvolvimento Institucional nº. 16. Brasília – 1982

_____. Emancipação Política Camacã. [s.l.] : [s.n.], 1986. 24p.

_____. Camacan : Uma história ligada ao cacau. In: Revista Camacan (Edição comemorativa). Ilhéus, 1991.

_____. Isto É : Camacã. [s.l.] : [s.n.], 1979.

_____. Memória : Anísio Sabino Loureiro, desbravador. In: Camacan e o Cacau (Edição comemorativa). Ilhéus, 1988.

CASTRO, Josué. *Fome, Um Tema Proibido*. São Paulo : Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, José Fialho. *As Causas da Crise do Cacau : exposição de fatos*. 2.ed. Salvador : Artes Gráficas Industrias Ltda, 1998. 100p.

_____. *Conjuntura Cacaueira do Sul da Bahia*. Salvador: Bureau, 1992.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 10. ed. Rio de Janeiro : Globo, 1979 pp. 397.

FILHO, Adonias. *Sul da Bahia : Chão de Cacau : uma civilização regional*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao Encontro do Mundo : A Capitania, os Frutos de Ouro e a Princesa do Sul*. Ilhéus 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Os Donos dos Frutos de Ouro : Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, Salvador - 1979*.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo : Cia. Nacional, 1971.

GARCEZ, Angelina N. R. *Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Ilhéus-Itabuna – 1890-1930 : um estudo de história agrária*. Salvador : Dissertação de Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 1977.

_____. *CEPLAC de Corpo e Alma*. Ilhéus, BA: CEPLAC, 1985 99 p.

HOLANDA, Buarque Sergio de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

MAHONY, Mary Ann. *Instrumentos Necessários : escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889*. Afro-Ásia. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO-FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), n. 25-26, 2001, p. 95-139.

NASCIMENTO, Fernando Rios do (Coord.). *A Crise da Lavoura Cacaueira : sua natureza e soluções – uma análise das possibilidades do cacau*. Brasília : IPEA, 1994.

PRADO JR. Caio. História Econômica do Brasil. 16. ed. São Paulo : Brasiliense, 1973.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo : Martins Fontes, 1942.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMACAN. Camacã : História e Desenvolvimento. In: Camacan e o Cacau (Edição comemorativa). Ilhéus, 1988.

_____. Camacã : 30 anos. In: Camacan e o Cacau (Edição comemorativa). Ilhéus, 1991.

SÁ, Charles Nascimento de. Os Intelectuais e a Emancipação Política de Camacan. Monografia apresentada ao curso de Especialização em História Regional. Ilhéus, 2000.

SANTOS, Milton. Zona do Cacau. 2. ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo: Col. Brasileira. Vol. 296, Biblioteca Pedagógica Brasileira. 1957.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Região e história agrária (artigo nº 15).

VEBLEN, T. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. Tradução de Olívia Krähenbühl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1987. 181p. (Os Economistas).

VIEIRA, José Haroldo Castro. CEPLAC : Uma experiência nova na agricultura brasileira. [s.l.] : [s.n.], 1975. 243p.